

# A Ciência Política nas Propostas Curriculares Estaduais de Sociologia para o Ensino Médio

*Cristiano das Neves Bodart<sup>1</sup>  
Gleison Maia Lopes<sup>2</sup>*

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo analisar a presença dos conteúdos de Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia do Ensino Médio, tomando como objeto de análise as propostas dos estados da federação. Tal análise busca identificar, dentre outras questões, quais temáticas clássicas da Ciência Política são comumente sugeridas nas propostas curriculares e em quais séries deveriam ser abordadas pelos professores de Sociologia. Dentre as observações realizadas, destacamos que os temas clássicos da Ciência Política mais presentes nas propostas curriculares de Sociologia são “cidadania”, “movimentos sociais”, “Estado”, “democracia” e “poder”. Ainda que tais temáticas estejam presentes em todo o Ensino Médio, essas presenças dão-se com maior intensidade no último ano. A configuração identificada sugere, em grande medida, que os documentos nacionais que tratam do currículo exercem forte influência sobre a configuração das propostas estaduais.

**Palavras-Chave:** Ciência Política. Proposta Curricular. Ensino Médio. Conteúdo Escolar. Temas clássicos.

## Political Science in the State Curricular Proposals of Sociology for High School

### Abstract

The present article has as its objective an analysis of the presence of Political Science content in the curricular proposals of High School Sociology, taking as object of analysis the proposals of the states of the federation. This analysis seeks to identify, among other issues, which classic Political Science topics are commonly suggested in the curricular proposals and in which grades they should be addressed by Sociology teachers. Among the observations made, we point out that the classic themes of Political Science most present in the curricular proposals of Sociology are "citizenship", "social movements", "State", "democracy," and "power". Even though such themes are present throughout High School, their presence will occur with greater intensity in the last year. The identified configuration suggests to a large extent that national documents dealing with the curriculum exert a strong influence on the configuration of state proposals.

**Keywords:** Political Science. Curricular Proposal. High School. School Content. Classic Themes.

---

<sup>1</sup> Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo/USP. Docente da Faculdade Novo Milênio/FNM. E-mail: [cristianobodart@hotmail.com](mailto:cristianobodart@hotmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará/UFC. Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão/IFMA. E-mail: [gleison.lobes@ifma.edu.br](mailto:gleison.lobes@ifma.edu.br)

## 1 À guisa de Introdução

Não é novidade a afirmação de que o ensino de Sociologia no ensino secundário foi marcado, no Brasil, por uma presença intermitente e uma recente reinserção obrigatória no currículo. Contudo, é importante frisar, para memorarmos, que em todo o período que não esteve obrigatoriamente incluída no currículo escolar, sua presença foi quase inexistente. Dito isto, acastelar sua obrigatoriedade é se posicionar favorável a sua real presença. Defesa que se justifica por trata-se, hoje, de uma disciplina que contribui para a compreensão da complexidade da sociedade em suas dimensões sociológicas, antropológicas e políticas. Ainda que sob a égide “Sociologia”, a disciplina propõe abordar, na verdade, as três grandes áreas das Ciências Sociais.

O histórico da Sociologia escolar já é amplamente descrito em diversos trabalhos que versam sobre a Sociologia escolar, por isso apresentamos apenas uma síntese de sua trajetória a fim de leitor conhecer minimamente seu histórico.

Podemos afirmar que as raízes da Sociologia escolar estão no Império, quando, nos pareceres de Rui Barbosa, em 1882, e de Benjamin Constant, em 1890, os quais propunham sua inclusão no ensino secundário, o que acabou não se efetivando (VILLAS BÔAS, 1998; GIGLIO, 1999; RÊSES, 2004; SILVA, 2010). Contudo, ainda que não regido por lei, há indícios de que tenha sido implantada inicialmente no final do século XIX, no Atheneu Sergipense (OLIVEIRA, 2013).

A inclusão oficial da Sociologia como disciplina obrigatória deu-se em 1925, sendo resultado da Reforma Rocha Vaz (Decreto n. 16.782-A, de 13/01/1925), embora sua efetividade estivesse sob a autonomia dos estados. Essa inclusão ocorreu, mais especificadamente, no último ano do curso complementar destinado aos interessados em obter o grau de bacharel em Ciências e Letras. Nos anos de 1931, por meio da Reforma Francisco Campos (Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931), a Sociologia foi incluída nos demais cursos complementares. Nesse período, sua presença como disciplina obrigatória no ensino secundário foi relativamente curta, sendo retirada após Reforma Capanema, em 1942. No entanto, manteve-se no curso normal, por meio de duas disciplinas: a Sociologia Geral e a Sociologia Educacional. A primeira, geralmente, opcional ao estudante e a segunda obrigatória.

O período seguinte (1941-1981) caracterizou-se pela ausência da Sociologia como disciplina obrigatória no ensino secundário (SANTOS, 2004). Apenas a partir de 1981, identificamos uma reinserção gradativa da Sociologia no Ensino Médio, sendo esta marcada por uma participação ativa de educadores, políticos, estudantes e sociólogos em diversos processos de negociação pelo seu retorno nos estados do país (SANTOS, 2004).

De acordo com Moraes (2015, p. 24),

[...] em 1983 a Associação dos Sociólogos de São Paulo organizou o “Dia Estadual de Luta pela Volta da Sociologia ao 2º Grau”, sendo a sociologia reinserida nos currículos das escolas do estado no ano seguinte, e, ainda nessa mesma década, retornando aos currículos em Pernambuco, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Pará e Rio de Janeiro, por meio das Constituições Estaduais, gradativamente constituindo certa legitimidade da presença da disciplina.

Com a aprovação da Lei de Diretrizes de Base (LDB), em 1996, a Sociologia passa a figurar como componente das Ciências Humanas, sem, contudo, ganhar status de disciplina curricular, passando a ser indicada a estar presente no Ensino Médio de forma transversal, tendo seus temas e abordagens presente no interior das demais disciplinas de Ciências Humanas.

Em 1997, o Projeto de Lei (PL) 3178/1997 propôs a obrigatoriedade da Sociologia no Ensino Médio, proposta que foi aprovada no Senado, em 2001, porém vetada pelo então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, ironicamente professor de Sociologia aposentado pela Universidade de São Paulo/USP. Buscando incluir a Sociologia e a Filosofia no Ensino Médio, no ano de 2003 passou a tramitar o PL 1641/2003, de autoria do deputado Ribamar Alves.

Em 2004, já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, sindicalista aposentado, formou uma equipe técnica com o objetivo de rever os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (OCNs). A equipe indicada pelo Ministério da Educação para discutir o ensino de Sociologia era composta por Amaury Cesar Moraes, Elisabeth da Fonseca Guimarães e Nelson Dacio Tomazi. Estes questionaram a Diretoria de Políticas do Ensino Médio do Ministério da Educação a inexistência de lei que incluísse a Sociologia como disciplina obrigatória, necessário para legitimar seu ensino (MORAES, 2015). Como consequência, foi aprovado o Parecer CEN/CEB nº 38/06 que determinou o tratamento disciplinar e obrigatório da Sociologia no Ensino Médio. Contudo, alguns estados da federação, principalmente São Paulo, questionaram essa medida junto ao Conselho Nacional de Educação, bem como a legitimidade deste órgão para legislar sobre disciplinas. Porém, a maioria dos estados continuaram avançando no processo de inclusão e estruturação do ensino de Sociologia no Ensino Médio (MORAES, 2015).

Após a aprovação do PL 1641/2003, em 2008, na Câmara dos Deputados, o PL passou a tramitar sob a nomenclatura de Lei nº 11.684/2008, sendo aprovada na Câmara e no Senado Federal sob a alcunha “Projeto de Lei 04/08”. O presidente interino, José de Alencar, no dia 2 de junho de 2008, sancionou a lei, incluindo na LDB o seguinte trecho: “[...] serão incluídas a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio” (BRASIL, LDB. Lei 9394/96).

Em 04 de agosto de 2010, o então deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO) apresentou um

Projeto de Lei<sup>3</sup> que previa a obrigatoriedade da Ciência Política como disciplina obrigatória na grade curricular do Ensino Médio. Tal proposta, após tramitação, foi rejeitada em 2012. Anexado ao projeto de Lei, o deputado Ronaldo Caiado indicou os conteúdos que estariam presentes no ensino de Ciência Política, como consta no quadro 1:

**Quadro 1-** Proposta de conteúdos para o Ensino de Ciência Política constante no projeto de lei do ex-deputado Ronaldo Caiado (DEM/GO).

O que é política?
Representação Política
História do voto no Brasil
Quais as atribuições dos cargos políticos. Exemplo: O que faz um Deputado Federal? Quais as atribuições do Presidente da República?
O que é Executivo, Legislativo, Judiciário e Equilíbrio de Poder.
Os sistemas políticos que existiram no Brasil ao longo de sua história e o sistema atual.
O que quer dizer República Federativa do Brasil e Pacto Federativo.
História da Administração Pública no Brasil (patrimonialista, burocrática e gerencial).

**Fonte:** Site da Câmara dos Deputados.

Observando a proposta dos conteúdos, nossa hipótese é que, em grande medida, tais conteúdos já estariam presentes nas disciplinas de humanidades, sobretudo na Sociologia e na História. Desta forma, propomos analisar dezessete propostas curriculares estaduais a fim de observarmos se, no interior do ensino de Sociologia, encontramos a presença de conteúdos mais comuns à Ciência Política e de que maneira estes se apresentam e estão distribuídos ao longo das três séries do Ensino Médio.

Partimos do pressuposto de que a presença da Sociologia, embora sob essa denominação, constitui-se a efetivação do ensino de Ciências Sociais em suas três áreas-tronco. Nosso objetivo é identificar de que forma a Ciência Política está incluída no currículo do Ensino Médio sob a égide “Sociologia”.

Acreditamos ser importante esforços no sentido de analisar e discutir as propostas curriculares para a disciplina de Sociologia a fim de que seja compreendido de que forma as áreas das Ciências Sociais estariam presentes. Visando apreender como o ensino de temáticas típicas de Ciência Política se fazem valer no currículo para o Ensino Médio, nos debruçamos sobre dezessete propostas curriculares estaduais. Análises da presença de conteúdos nas propostas curriculares são importantes para nortear a produção de recursos pedagógicos, sobretudo de livros didáticos, bem como indicar onde são necessários maiores esforços de ações de transposição didática.

<sup>3</sup> O Projeto de Lei pode ser acessado no site da Câmara, assim como todo o seu trâmite processual. Disponível em: [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010).

## 2 A presença da Ciência Política na Sociologia escolar brasileira

Nos últimos anos, foram promovidas padronizações e normatizações tendo em vista operacionalizar a proposta de Educação contida na Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1996). Nesse esforço, foram publicados, em 2000, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o Ensino Médio.

Os PCNs (BRASIL, 2000) norteiam as diretrizes e objetivos de cada disciplina e temáticas a serem abordadas no Ensino Médio. De uma forma geral, o referido documento atesta que conhecimentos de Ciências Política deveriam estar presente na formação do educando. Segundo esse documento oficial,

[...] **Outro objetivo é ampliar a concepção de política**, entendida como algo também presente no cotidiano, e **permitir uma reflexão sobre as relações de poder**, que estruturam o contexto social brasileiro atual. Ampliar a noção de política, enquanto um processo de tomada de decisões sobre os problemas sociais que afetam a coletividade permite ao aluno, por um lado, perceber **como o poder se evidencia também nas relações sociais cotidianas e nos vários grupos sociais** com os quais ele próprio se depara: a escola, a família, a fábrica etc.. E por outro, dimensionar o erro de assumir uma postura que negue a política enquanto uma prática socialmente válida, uma vez que no discurso do senso comum ela é vista apenas como mera enganação. Até mesmo porque negar a política seria contrariar a lógica da cidadania, que supõe a participação nos diversos espaços da sociedade. **Neste aspecto, as Ciências Sociais contribuem para uma reflexão que tenta identificar práticas políticas mais éticas**, muito embora o contexto brasileiro seja profundamente marcado por práticas paternalistas, clientelísticas, fisiológicas etc. **O estudo do conceito de Estado** deve considerar que o homem é um ser histórico e cultural, que está sempre ligado a uma determinada ordem normativa e política. Dentro do campo do Direito, da Política e da própria Economia, o conceito de Estado aparece enquanto uma instância que, ao mesmo tempo, racionaliza a distribuição do poder legítimo dentro de uma nação e desenvolve sistemas econômicos complexos para distribuir bens, muitas vezes de maneira desigual (MEC, 2000, p.41, grifo nosso).

De acordo com os PCNs (2000), o Ensino Médio deve proporcionar aos educandos condições para que possam compreender questões políticas clássicas e contemporâneas, mundiais e nacionais. Segundo o documento, ainda:

Ampliando-se o escopo de análise, o estudo do Estado deverá produzir uma síntese que contemple as diversas teorias sobre sua origem e finalidade. Determinadas formas históricas de Estado, o Absolutista, o Liberal, o Democrático, o Socialista, o *Welfare-State* (o do Bem-Estar) e o Neoliberal, poderão ser abordadas e comparadas, em suas características, com o Estado brasileiro atual. De tal modo, pretende-se discutir alguns pontos do conceito de Estado: a soberania, sua estrutura de funcionamento, os sistemas de poder, as formas de governo no mundo atual, as características dos diferentes regimes políticos. E, por fim, algumas questões relevantes no contexto social brasileiro, tais como as relações entre o público e o privado e a dinâmica entre centralização e descentralização do poder. Em termos históricos, cabe também realizar uma reflexão sobre a relação entre Estado e sociedade, identificando as diversas formas de exercício da democracia, a questão da legalidade e da legitimidade do poder, os direitos dos

cidadãos e suas diferentes formas de participação política. Cabe ressaltar a importância dos movimentos sociais no processo de construção da cidadania, em função do seu papel, cada vez mais expressivo, de interlocução com o poder público, desde o movimento operário até os chamados “novos movimentos sociais” (ecológico, pacifista, feminista etc.) (BRASIL, 2000, p.41-42).

Mesmo que não indicada como disciplina obrigatória, a Ciência Política se fazia presente, sendo entendido que seus temas deveriam ser abordados de modo transversal, como ocorria com a Sociologia.

A partir dos esforços de Souza (2017) em identificar os conteúdos presentes nos PCNs observamos a presença de conteúdos de Ciência Política, como apresentado no quadro 1:

**Quadro 1** – Presença de temas clássicos da Ciência Política em documentos oficiais.

Documento oficial	Temas clássicos de Ciência Política
PCNEM (2000)	Estado Poder Política
PCN+	Política Democracia Poder
OCEM	Poder Dominação
Editais PNDL	Estado Poder Dominação

**Fonte:** Elaboração a partir de Souza (2017).

É importante destacar que algumas temáticas aparecem nos documentos oficiais contextualizando os seus objetivos, tais como “cidadania” e “democracia”.

De acordo com Simplício (2012), a recente (re)inserção da Sociologia no Ensino Médio fez ressurgir o debate em torno do ensino das Ciências Sociais. Desde então, quais e como os conteúdos devem ser abordados vem sendo questões presentes no cotidiano de educadores e pesquisadores. É certo que a falta de tradição no Ensino Médio, a escassez de material didático e professores habilitados (BODART, SILVA, 2016), somaram-se às preocupações de definição curricular mínima para a disciplina.

A Sociologia, como disciplina legitimamente estabelecida, nos parece ter tomado a frente do processo de institucionalização das Ciências Sociais dentro do espaço escolar, passando a Ciência Política e a Antropologia a ficarem contempladas nos planos e matrizes conceituais da disciplina, materializando-se em pequenos conceitos ou tópicos de ensino, o que não significa que passamos a ter uma preocupação em ensinar Ciência Política a partir de seus métodos próprios de análises das relações /de poder. Temáticas de Ciência Política também são contempladas nas aulas de Geografia e História, contudo os métodos de abordagem comumente

adotados nas referidas disciplinas são ainda mais distantes daqueles próprios da “ciência do poder”.

Desse modo, entender o ensino de Ciência Política na escola, atravessa uma série de relações que devem ser descortinadas para um melhor entendimento da questão. Segundo Magalhães (2012), o Ensino Médio é caracterizado por uma heterogeneidade disciplinar que o torna objeto de reflexão devido a infinidade de disciplinas a serem ministradas. Nesse sentido, o ensino de Ciência Política, no Ensino Médio, atravessa uma dificuldade inerente às demais disciplinas escolares, uma gama de temáticas a serem determinadas dentro de um período de tempo específico. O problema se agrava com o fato de que a Ciência Política se efetiva sob a égide “Sociologia”, dividindo espaço escasso [geralmente de uma aula semanal] com a Sociologia e a Antropologia.

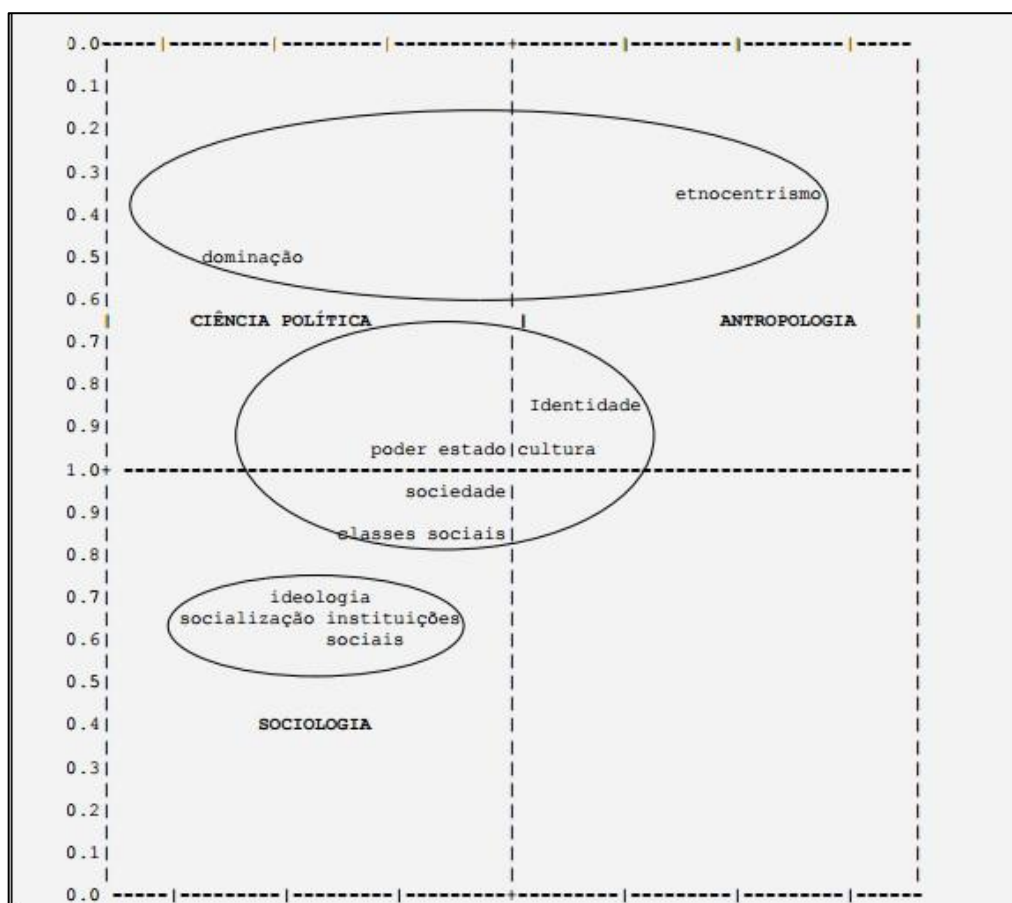
Magalhães (2012), buscando, entre os anos de 2009 e 2011, identificar a presença dos conceitos que tradicionalmente estão no campo da Ciência Política em uma escola do Rio de Janeiro de Ensino Médio, aferiu que os mais presentes eram “Estado” e “Política”. De acordo com esse mesmo autor (2012), os dois conceitos eram estruturantes da discussão escolar, tendo como finalidade inicial estabelecer diálogo que proporcionasse uma discussão sobre as instituições democráticas, materializadas no Estado, suas origens, formas de existência, transformação e papel social do sujeito frente a sociedade como um todo.

Santos (2012) corrobora para a compreensão de que a presença das dos três trocos das Ciências Sociais<sup>4</sup> estão elas inseridas dentro do campo conceitual ministrado na disciplina de sociologia. Em 2012 esse autor buscou evidenciar a distribuição das Ciências Sociais dentro do ensino de sociologia, como se observa na figura 1:

**Figura 1:** – Mapa comum das diretrizes curriculares estaduais com base na projeção das categorias PNLD – 2012 e das áreas das Ciências Sociais.

---

<sup>4</sup> Sabe-se que esse encaixotamento de categorias, de acordo com suas disciplinas, é um equívoco quando se pensa a essência multidisciplinar do conhecimento nas ciências sociais, mas opta-se por essa esquematização tendo em vista uma análise da tradição teórica de construção de cada categoria, que em suas discussões tenham mais proximidade com a sociologia, ciência política ou antropologia. Desse modo, observamos, por exemplo, como a categoria *Estado* foi trabalhada pelos autores de cada uma das disciplinas referidas e, portanto, em qual delas o referido contexto é melhor inserido.



Fonte: Santos (2012).

Segundo Santos (2012), as duas temáticas centrais presente nas propostas curriculares dos estados analisados por ele<sup>5</sup> seriam, como se observa na figura 1, dominação e poder. O presente trabalho amplia o número de propostas curriculares estaduais analisadas e, embora empregando metodologia própria, nos possibilita uma análise mais precisa e atualizada, já que consideramos as propostas em vigor no ano de 2017.

Faz-se, necessário, nesse momento, problematizar a construção das OCN-Sociologia (Orientações Curriculares Nacionais de Sociologia) e a presença da ciência política dentro do referido documento. As OCNs debatem a questão dos conteúdos a partir das possibilidades de construção analítica dos conteúdos.

Sendo vistas como um avanço em relação às PCNS, as OCN-Sociologia, segundo Amurabi (2007), representa um avanço importante do debate sobre ensino de Sociologia, tendo sido discutida e construída por profissionais, professores e pesquisadores, ligados ao ensino de dessa disciplina. Dessa forma, buscamos brevemente observar como a OCN-Sociologia se refere à temática da ciência política trabalhada dentro do ensino de sociologia.

Takagi (2007), em pesquisa realizada sobre as temáticas mais encontradas dentro das OCN-Sociologia, menciona que, ligada à Ciência Política, encontramos como categorias

<sup>5</sup> AC, AL, CE, DF, ES, GO, MT, MG, PR, RJ, RS e SC.



principais “poder”, “poderes administrativos-políticos” e “democracia”.

Deve-se levar em conta, para um melhor entendimento dessa questão, que a diversidade de conteúdos debatida pelas OCN-Sociologia tem como fio condutor, segundo Sarandy (2011), as diferenças e sentidos atribuídos aos conceitos próprios da ciência social em sua multiplicidade, que lhe é característica. As referidas diferenças de apreensão de sentidos e conceitos, propõe-se nesse artigo, são resultados de uma construção diversa dos planos de educação superior encontrados nas universidades brasileiras, criando uma dispersão formacional dos professores que atuarão em sala de aula e que terão, seu alinhamento teórico, como fio de conexão e apresentação de “sua disciplina”, no que podemos chamar de arbitrariedade de escolhas. Essa situação acaba gerando, por um lado um espaço de liberdade para trabalhar temáticas mais próximas do aluno, como também a angústia em ter que fazer decisões. Isso se dá pela inexistência de uma consolidação do currículo, o que abre possibilidade de “adaptações” feitas pelo professor à “sua disciplina”, como destacado na OCN-Sociologia (2006).

Questões diversas, portanto, devem ser pensadas no momento de construção de uma análise sobre o ensino de Ciência Política, desde as relações de poder constitutivas da disciplina à formação do professor e formas de transposição do conteúdo à turma, realidade que vem sendo descrita pelos professores de Sociologia como bastante precárias (BODART; SILVA, 2016).

Segundo Oliveira (2013), a ausência de um currículo nacional consagrado não significa que não haja temas que estão “consolidados” no ensino de Sociologia, o que pode ser verificado através das diretrizes curriculares estaduais. Diante dessa afirmação, pode-se lançar uma análise dessas categorias consagradas visando entendê-las como resultado de um processo de associação entre sujeitos e, por consequência, entre disciplinas, que formata a disposição da disciplina de sociologia e de seus conteúdos trabalhados em sala de aula.

A fim de compreendermos melhor o lugar da Ciências Política no Ensino Médio, mais especificamente na disciplina de Sociologia, nos debruçamos sobre as propostas curriculares estaduais. Acreditamos que a forma de inserção dessa disciplina dentro dos moldes elaborados da Sociologia deve ser pensada e problematizada, de modo a construir uma melhor inserção daquela disciplina dentro das propostas curriculares para o Ensino Médio.

### **3 Procedimentos metodológicos**

Para análise da presença da Ciência Política no Ensino Médio, realizamos um levantamento, via *internet*, das propostas curriculares estaduais de Ensino Médio para a Sociologia. Dos 26 estados da federação, mais o Distrito Federal, encontramos vinte e um (21)

estados que disponibilizam na *internet* suas propostas curriculares, assim como o Distrito Federal. O levantamento é apresentado no quadro 2.

**Quadro 2** – Propostas Curriculares Estaduais para o Ensino Médio (*março-maio 2017*).

Estado	Ano	Endereço de acesso ao documento
Acre	2010	<a href="https://goo.gl/1eEAJZ">https://goo.gl/1eEAJZ</a>
Alagoas	2014	<a href="https://goo.gl/I83lvH">https://goo.gl/I83lvH</a>
Amapá	2009	<a href="https://goo.gl/qcbMIq">https://goo.gl/qcbMIq</a>
Amazonas	2012	<a href="https://goo.gl/S3OVdO">https://goo.gl/S3OVdO</a>
Bahia	2015	<a href="https://goo.gl/31mWmJ">https://goo.gl/31mWmJ</a>
Ceará	2009	<a href="https://goo.gl/J1Kyrb">https://goo.gl/J1Kyrb</a>
Distrito Federal	-	<a href="https://goo.gl/qC84Nt">https://goo.gl/qC84Nt</a>
Espírito Santo	2009	<a href="https://goo.gl/xSPF6t">https://goo.gl/xSPF6t</a>
Goiás	2009	<a href="https://goo.gl/xwKrsq">https://goo.gl/xwKrsq</a>
Maranhão	-	Não encontrado ou não disponível
Mato Grosso	2012	<a href="https://goo.gl/YM02aG">https://goo.gl/YM02aG</a>
Mato Grosso do Sul	2012	<a href="https://goo.gl/zShQkC">https://goo.gl/zShQkC</a>
Minas Gerais	2010	<a href="https://goo.gl/8DGFnx">https://goo.gl/8DGFnx</a>
Pará	-	Não encontrado ou não disponível
Paraíba	-	Não encontrado ou não disponível
Paraná	2008	<a href="https://goo.gl/vCAqTP">https://goo.gl/vCAqTP</a>
Pernambuco	2013	<a href="https://goo.gl/S2AZkH">https://goo.gl/S2AZkH</a>
Piauí	2013	<a href="https://goo.gl/OgDEdz">https://goo.gl/OgDEdz</a>
Rio de Janeiro	2012	<a href="https://goo.gl/zw3qx2">https://goo.gl/zw3qx2</a>
Rio Grande do Norte	-	Não encontrado ou não disponível
Rio Grande do Sul	2009	<a href="https://goo.gl/ymQNH9">https://goo.gl/ymQNH9</a>
Rondônia	2012	<a href="https://goo.gl/U0u51F">https://goo.gl/U0u51F</a>
Roraima	2012	<a href="https://goo.gl/Cy5UGH">https://goo.gl/Cy5UGH</a>
Santa Catarina	2014	<a href="https://goo.gl/JrPpsX">https://goo.gl/JrPpsX</a>
São Paulo	2009	<a href="https://goo.gl/XwI8IO">https://goo.gl/XwI8IO</a>
Sergipe	2012	<a href="https://goo.gl/51riTV">https://goo.gl/51riTV</a>
Tocantins	2007	<a href="https://goo.gl/TJn7mF">https://goo.gl/TJn7mF</a>

**Fonte:** Elaboração própria. Dados coletados entre março de 2017 e maio do mesmo ano.

Após o levantamento das propostas curriculares estaduais, buscamos: i) observar quais conteúdos ou temáticas clássicas do campo da Ciência Política são sugeridas; ii) quantificar esses conteúdos por série do Ensino Médio e; iii) refletir sobre a forma como aparecem nesses documentos. Realizado essas ações, se tornou possível observar se existem conteúdos da Ciência Política que perpassam todos ou a maioria dos currículos, bem como se as sugestões de conteúdos ou temas apontam para a compactação da Ciência Política em uma série específica do Ensino Médio ou se está presente de forma homogênea nos três anos do Ensino Médio.

#### 4 A presença de temas típicos das Ciência Política nos currículos estaduais de Sociologia

Como já destacado na OCN-Sociologia (2006), é prática comum professores apresentam aos alunos do Ensino Médio conteúdos, temas e autores da Ciência Política, no lugar de limitar-se a Sociologia *stricto sensu*. Isso ocorre por, ao menos, dois motivos: i) por ser justamente a proposta da disciplina Sociologia e ii) pela tradição existente no país, onde a formação dar-se em Ciências Sociais e não na Sociologia *stricto sensu*. Como destacou Moraes (2011), ao falar dos três primeiros cursos de Ciências Sociais criados no Brasil na primeira metade da década de 1930. Segundo esse autor (2011, p. 363), “nenhum dos três cursos leva o nome exclusivo de Sociologia, que é uma das cadeiras, compondo, num primeiro momento com Ciência Política, e depois também com Antropologia, a organicidade das Ciências Sociais no Brasil. Contudo, tratar de temas da Ciência Política não é de exclusividade do professor de Sociologia, porém essa disciplina é, no Brasil, o *locus* de temas, conceitos e autores da Ciência Política, assim como da Antropologia<sup>6</sup>.

Após observado os currículos estaduais para a disciplina de Sociologia notamos que alguns temas são bem recorrentes e outros não. A tabela 1 apresenta a presença dos temas por proposta curricular estadual de Sociologia.

**Tabela 1** - Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para o Ensino Médio.

Temas de Ciência Política	Estados brasileiros																			Freq.					
	AC	AL	AP	AM	BA	CE	DF	ES	GO	MT	MS	MG	PR	PB	PI	RJ	RS	RO	SC		SE	SP	TO	RR	
Autoridade/autoritarismo	x						x											x	x						4
Cidadania		x	x	x	x	x		x	X	x			x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	19
Controle Social											x							x							2
Contrato Social	x																					x		x	3
Democracia	x	x	x	x	x			x	X		x			x		x	x	x	x	x	x	x			15
Eleições/voto	x			x			x														x	x		x	6
Esferas de part. política	x			x	x	x	x	x				x				x					x	x		x	12
Estado	x		x	x	x	x	x	x	X	x	x			x		x	x	x	x	x	x	x			18
Socied./relações Política	x		x	x								x													5
Formas/sist. Governo	x		x									x						x	x		x	x			9
Movimentos Sociais	x	x	x	x	x	x	x	x	X	x	x	x	x	x				x	x	x	x	x		x	21
ONGs	x			x																		x			3
Partidos Políticos	x			x			x											x	x	x		x	x		8
Poder	x			x	x	x	x	x		x	x	x	x	x				x	x	x	x		x	x	18
Regimes Políticos	x			x				x				x													5
Sociedade Civil	x		x				x	x																	4
<b>Total</b>	<b>14</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>7</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>10</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>152</b>	

A partir da tabela 1 é possível observar que: i) os temas “movimento sociais” e “cidadania” são estão presentes em maior número de proposta curricular de Sociologia para o Ensino Médio, 21 e 19 vezes, respectivamente; ii) o Acre tem a proposta curricular de Sociologia com a maior variedade de temáticas clássicas da Ciência Política, 14 ao todo; iii) a proposta

<sup>6</sup> Para confirmar essa hipótese, seria necessário um comparativo da presença da Ciência Política no interior das diversas disciplinas.

curricular do estado do Piauí é a quem menos indica temáticas clássicas da Ciência Política, apenas a indicação explícita de “cidadania”. É importante ressaltar que apenas três propostas curriculares foram elaboradas após os protestos de 2013 e que a presença da temática “movimentos sociais” não pode ter como explicação as recentes manifestações sociais, muito embora essa presença possivelmente está ligada ao incremento do tamanho e variedade dos movimentos sociais na última década, bem como a ampliação das produções acadêmicas após a influência marcadamente culturalista que alargou substancialmente a perspectivas e variedade de objetos empírico de estudo (ALONSO, 2009). A presença da temática “Cidadania” não nos é surpresa, uma vez que os anos de 1990 tal temática passou a ganhar centralidade nos documentos oficiais destinados a apontar o novo projeto de sociedade proposto pela Educação brasileira.

É importante não olvidarmos que a indicação nas propostas curriculares não garante que esses temas estejam sendo ensinado nas aulas de Sociologia, ainda que seja, juntamente com o livro didático, o norteador da prática docente.

Observamos que há propostas curriculares que indicam o mesmo tema para mais de uma série. Por isso julgamos necessário contabilizar as vezes que os temas aparecem a fim de observar quais temas estão mais presentes nas propostas curriculares. Os resultados são apresentados na tabela 2.

**Tabela 2** - Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio.

<b>Temas clássicos de Ciência Política Presente nos currículos</b>	<b>Frequência</b>
Cidadania	27
Movimentos Sociais	24
Estado	22
Democracia	21
Poder	20
Esferas de participação política	13
Formas/sistemas de Governo	13
Partidos Políticos	8
Eleições/voto	6
Sociedade/relações Política	6
Regimes Políticos	6
Sociedade Civil	5
Autoridade/autoritarismo	4
ONGs	4
Contrato Social	3
Controle Social	2
<b>Total</b>	<b>184</b>

**Nota:** Foram computados por série. Assim, propostas curriculares que propõem temas de Ciência Política nos três anos tiveram considerados três frequências; propostas curriculares que propõem temas de Ciência Política em uma série tiveram considerado uma frequência; se presente em dois anos, duas frequências.

Nota-se que a temática “Cidadania” é a mais presente em cada uma das séries do Ensino

Médio. Ela aparece 27 vezes nas propostas curriculares estaduais, muitas vezes aparecendo mais de uma vez por proposta, estando presente em todo o Ensino Médio. Possivelmente essa presença dar-se por influência da proposta da Lei de Diretrizes de Base da educação nacional, de 1996, e dos documentos que produzidos a partir da referida lei.

O tema “cidadania” só não aparece de forma explícita nas propostas curriculares de Sociologia como conteúdo a ser lecionado dos estados do Acre, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais, além do Distrito Federal.

Algumas categorias da Ciência Política são marcadamente polissêmicos e podem estar presentes a partir de abordagens diferentes, o que é observado em “poder”, por exemplo. Além disso, como já havia destacado Santos (2012), há indicação de abordagens nas propostas curriculares estaduais que agregam categorias correlatas. Destarte, a não presença de um termo específico não garante que a categoria não esteja presente na prática docente, mesmo que o professor seguisse fielmente a proposta curricular, o que também não acontece. Contudo, para operacionalizar nossa análise foi necessário observar apenas os temas/categorias que estivessem indicadas explicitamente nas propostas curriculares estaduais.

Devido a heterogeneidade política, cultural e social do Brasil, buscamos averiguar a presença de temas clássicos da Ciência Política, por série, em cada uma das regiões brasileiras. A tabela 3 apresenta os temas encontrados nas propostas curriculares de Sociologia dos estados do Nordeste.

**Tabela 3** – Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Nordeste (AL, BA, SE, PB, CE e PI).

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo				
	1º ano	2º ano	3º ano	Não identificável	Ensino Médio
Autoridade/autoritarismo	0	1	0	0	1
Cidadania	1	3	4	1	9
Controle Social	0	0	0	0	0
Contrato Social	0	0	0	0	0
Democracia	1	2	3	0	6
Eleições/voto	0	0	1	0	1
Esferas de participação política	0	3	2	0	5
Estado	0	3	2	0	5
Sociedade/relações Política	0	1	1	0	2
Formas/sistemas de Governo	1	1	2	0	4
Movimentos Sociais	0	4	2	0	6
ONGs	0	0	1	0	1
Partidos Políticos	0	0	1	0	1
Poder	0	3	2	0	5
Regimes Políticos	0	0	0	0	0
Sociedade Civil	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>1</b>	<b>46</b>

**Nota:** O currículo do Pernambuco, Maranhão e Rio Grande do Norte não se encontravam

disponíveis na *internet* no período da coleta de dados.

**Fonte:** Elaboração própria.

A primeira e mais clara constatação é que os temas clássicos da Ciência Política estão presentes nos dois últimos anos do Ensino Médio. Das seis propostas curriculares observadas, as temáticas clássicas da Ciência Política só aparecem três vezes no 1º ano, das 46 vezes indicadas para o Ensino Médio daquela Região. Os temas mais indicados são “cidadania”, “movimentos sociais” e “democracia”.

Na tabela 4 apresentamos os dados observados referente as indicações de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia dos estados da Região Norte.

**Tabela 4** – Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Norte (AC, TO, RO, RR, AM e AP).

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo			
	1º ano	2º ano	3º ano	Ensino Médio
Autoridade/autoritarismo	0	2	0	2
Cidadania	2	2	4	8
Controle Social	0	0	0	0
Contrato Social	1	1	0	2
Democracia	1	2	2	5
Eleições/voto	0	2	1	3
Esferas de participação política	0	2	1	3
Estado	1	2	3	6
Sociedade/relações Política	0	1	2	3
Formas/sistemas de Governo	0	1	2	3
Movimentos Sociais	1	2	4	7
ONGs	0	2	1	3
Partidos Políticos	0	1	2	3
Poder	1	2	3	6
Regimes Políticos	0	1	2	3
Sociedade Civil	1	1	0	2
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>24</b>	<b>27</b>	<b>59</b>

**Nota:** O currículo do Pará não se encontrava disponível na *internet* no período da coleta de dados.

**Fonte:** Elaboração própria.

Assim como na Região Nordeste, os temas clássicos da Ciência Política são pouco indicados para ser abordados nas aulas de Sociologia do 1º ano do Ensino Médio. Porém, diferentemente da Região Nordeste, os temas são predominantemente indicados para serem abordados nas aulas de Sociologia do 3º ano. O tema “Cidadania” também é o mais vezes indicado, seguido de “movimentos sociais”, “Estado” e “poder”, respectivamente. Os temas são indicados 59 vezes, em uma média de 9,8 por proposta curricular.

Passamos, por meio da tabela 5, a observar os dados encontrados referentes as propostas curriculares da Região Centro-Oeste.

**Tabela 5** – Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de

Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Centro-Oeste (MT, MS, GO e DF).

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo				
	1º ano	2º ano	3º ano	Não identificável	Ensino Médio
Autoridade/autoritarismo	0	0	0	0	0
Cidadania	0	0	0	2	2
Controle Social	1	0	0	0	1
Contrato Social	0	0	0	0	0
Democracia	0	1	1	1	3
Eleições/voto	0	0	1	0	1
Esferas de participação política	0	0	1	0	1
Estado	1	2	1	2	6
Sociedade/relações Política	0	0	0	0	0
Formas/sistemas de Governo	0	1	1	0	2
Movimentos Sociais	0	0	0	2	2
ONGs	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	0	0	1	0	1
Poder	1	0	1	1	3
Regimes Políticos	0	1	0	0	1
Sociedade Civil	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>3</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>24</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

Proporcionalmente ao número de propostas curriculares (4), o Centro-Oeste foi a região com menor presença de indicações de temas clássicos da Ciência Política, que apareceram 24 vezes, uma média de 6 indicações por proposta curricular. Na proposta do Distrito Federal os temas aparecem 7 vezes.

Passamos agora a observar os dados apresentados na tabela 6 referente a presença dos conteúdos clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares da Região Sul.

**Tabela 6** – Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Sul (RS, SC e PR).

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo
	Série não identificável
Autoridade/autoritarismo	1
Cidadania	3
Controle Social	1
Contrato Social	0
Democracia	2
Eleições/voto	0
Esferas de participação política	0
Estado	2
Sociedade/relações Política	0
Formas/sistemas de Governo	2
Movimentos Sociais	3
ONGs	0
Partidos Políticos	1
Poder	3
Regimes Políticos	1
Sociedade Civil	0

Uma peculiaridade das propostas curriculares de Sociologia da Região Sul é a indeterminação das séries que os conteúdos devem ser abordados pelo professor. As propostas não para o Ensino Médio, sem, contudo, especificar em qual série deve ser ministrado um dado conteúdo. Os conteúdos mais indicados são, “cidadania”, “movimentos sociais” e “poder”. Os temas são indicados 19 vezes, em uma média de 6,3 temas por proposta estadual curricular de Sociologia.

A tabela 7 apresenta os dados referente à Região Sudeste:

**Tabela 7** – Presença de temas clássicos da Ciência Política nas propostas curriculares estaduais de Sociologia para três séries do Ensino Médio na Região Sudeste (RJ, SP, MG e ES).

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo				
	1º ano	2º ano	3º ano	Não identificável	Ensino Médio
Autoridade/autoritarismo	0	0	0	0	0
Cidadania	0	2	3	0	5
Controle Social	0	0	0	0	0
Contrato Social	0	0	1	0	1
Democracia	1	2	2	0	5
Eleições/voto	0	0	1	0	1
Esferas de participação política	0	0	3	1	4
Estado	0	1	2	0	3
Sociedade/relações Política	0	0	0	1	1
Formas/sistemas de Governo	0	0	2	0	2
Movimentos Sociais	0	2	3	1	6
ONGs	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	0	0	2	0	2
Poder	1	0	1	1	3
Regimes Políticos	1	0	0	0	1
Sociedade Civil	1	1	0	0	2
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>8</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>36</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

A partir dos dados expostos na tabela 7, evidenciamos três observações pertinentes: i) a Ciência Política, por meio de seus temas clássicos é predominantemente indicado no 3º ano do Ensino Médio; ii) o tema “movimentos sociais” é o mais indicado pelas propostas curriculares e; iii) a Região Sudeste apresenta a maior média de indicações de temas de Ciência Política, 9 temas por proposta estadual curricular de Sociologia.

Por fim, agregamos todos os estados na pretensão de obtermos uma visão mais geral dos dados coletados. A tabela 8 apresenta os dados gerais das propostas curriculares de todos os estados brasileiros que disponibilizam o documento na *internet*.



**Tabela 8** – Frequência dos temas de Ciência Política nas propostas curriculares de Sociologia para três séries do Ensino Médio no Brasil.

Temas de Ciência Política	Frequência por currículo				
	1º ano	2º ano	3º ano	Não identificável	Ensino Médio
Autoridade/autoritarismo	0	3	0	1	4
Cidadania	3	7	11	6	27
Controle Social	1	0	0	1	2
Contrato Social	1	1	1	0	3
Democracia	3	7	8	3	21
Eleições/voto	0	2	4	0	6
Esferas de participação política	0	5	7	1	13
Estado	2	8	8	4	22
Sociedade/relações Política	0	2	3	1	6
Formas/sistemas de Governo	1	3	7	2	13
Movimentos Sociais	1	8	9	6	24
ONGs	0	2	2	0	4
Partidos Políticos	0	1	6	1	8
Poder	3	5	7	5	20
Regimes Políticos	1	2	2	1	6
Sociedade Civil	2	3	0	0	5
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>59</b>	<b>75</b>	<b>32</b>	<b>184</b>

**Nota:** O currículo do Pernambuco, Maranhão, Rio Grande do Norte e Pará não se encontravam disponíveis na *internet* no período da coleta de dados.

**Fonte:** Elaboração própria.

A partir dos dados apresentados na tabela 8 podemos aferir que: i) temas de Ciência Política aparecem em todos as séries do Ensino Médio, embora sua presença marque consideravelmente as propostas curriculares do 3º ano, predominando as indicações nessa série, enquanto que no 1º ano os temas aparecem poucas vezes; ii) os temas mais indicados pelas propostas curriculares são respectivamente “cidadania”, “movimentos sociais”, “Estado”, “democracia” e poder”; ii) esses mesmos temas são os mais indicados imprecisamente nos currículos, quanto a série a ser abordados pelo professor de Sociologia; iii) considerando que a Ciência Política esteja mais presente no 3º ano, os temas “cidadania”, movimentos sociais” e “democracia” são os mais indicados. Essa configuração parece indicar que temos, no Ensino Médio, o 3º ano como *locus* da Ciência Política no interior do ensino de Sociologia.

Acreditamos que a maior presença da temática “cidadania”, esteja diretamente relacionada ao fato de que esse conceito esteve presente na LDB (BRASIL, 1996) e muitos dos documentos que surgiram a partir dessa lei. O PCNM e o PCN+ ainda que elaborados antes da obrigatoriedade da Sociologia enquanto componente curricular do Ensino Médio, já indicava que os alunos possuíssem domínio dos conhecimentos de Sociologia. O PCNEM (BRASIL, 2000a) em seu artigo 36, indicava que tais conhecimentos de Sociologia deveriam capacitar os estudantes ao exercício da cidadania. No PCNEM de Ciências Humanas e suas Tecnologias

(BRASIL, 2000b) observamos o reforço à indicação da temática cidadania relacionada à Sociologia na LDB ao afirmar que “a Lei 9.394/96 estabelece como uma das finalidades centrais do Ensino Médio a construção da cidadania do educando, evidenciando, assim, a importância do ensino da Sociologia no Ensino Médio” (BRASIL, 2000b, p.37). Tal ratificação também aparece no PCN+ (BRASIL, 2006). Ao tratar dos conteúdos de Sociologia a ser abordado no Ensino Médio, o PCN+ (BRASIL, 2006) afirma que “o acesso a informações sobre a política, a economia, o direito é fundamental para que o jovem se capacite para a continuidade nos estudos e para o exercício da cidadania. Esse mesmo documento ao exemplificar os temas da Ciência Política que poderiam ser trabalhados no Ensino Médio destacou “os movimentos sociais” e o “Estado”. Destarte, a presença marcante desses temas clássicos nas propostas curriculares estaduais, pelo que tudo indica, dar-se, pela forte influência desses documentos nacionais. Isso indica que, ainda que o Ensino Médio seja regido por propostas curriculares estaduais, há um certo controle nacional sobre o currículo.

É certo que os livros didáticos também são considerados pelos professores ao elencar as temáticas que serão abordadas. Contudo, os livros didáticos também sofrem fortes influências da gestão “centralizada” brasileira. Como Santos (2012) destacou, o Plano Nacional de Livro Didático de 2012 era, por exemplo, regido por um edital que determinava que os livros de sociologia deveriam apresentar algumas categorias conceituais, tais como estado e poder, além de outras do campo da Sociologia e da Antropologia especificadas pelo documento.

Pensar a Ciência Política, dentro dos planos curriculares nacionais de ensino de Sociologia, faz necessário entender as relações de poder estabelecidas entre disciplinas, no sentido de que elas institucionalizam relações de legitimidade científica construídas dentro dos muros universitários, mas que se refletem dentro do ambiente educacional brasileiro através da sua efetiva articulação dentro do panorama geral da disciplina.

Por relações de poder aqui se entende as relações internas e externas que compõem as disciplinas acadêmicas, sejam relações de poder entre professores/pesquisadores que conflitam dentro da construção das temáticas legítimas<sup>7</sup> de cada disciplina (que futuramente estarão na composição dos materiais atribuídos ao ensino básico dessa disciplina), seja nas relações de poder entre disciplinas diversas, no sentido da busca social por reconhecimento a que as disciplinas trazem consigo na busca por demarcação e construção de um terreno próprio.

Ainda que a proposta legislativa de criar a disciplina de Ciência Política no Ensino Médio não tivesse sido aprovada, nota-se a presença dessa ciência nesse nível de ensino, tendo a disciplina de Sociologia como *locus* privilegiado.

---

<sup>7</sup> Legitimidade, nesse momento, é pensada a partir da teoria de campo em Bourdieu (2007), sendo o espaço acadêmico um campo diante do qual os sujeitos se articulam e conflitam na construção de sua organização social e cotidianas formas de (re)produção.

## 5 Considerações Finais

A presente análise da presença de conteúdos de Ciência Política nas propostas curriculares estaduais pode ser um importante instrumento norteador da produção de recursos pedagógicos, sobretudo de livros didáticos, bem como indicar onde são necessários maiores esforços de ações de transposição didática.

Identificamos uma configuração nas propostas curriculares estaduais muito próxima dos documentos nacionais que discutem o currículo, de tal forma que acreditamos que torna-se necessário, em pesquisas posteriores, ao pensarmos o ensino de Sociologia, entender sua constituição enquanto processo social diante do qual atores conflitam e constituem sistemas de classificação socialmente (re)legitimados à partir de embates constantes que marcam as leis, decretos, resoluções, etc. Nos parece que as disputas que envolveram a Lei de Diretrizes de Bases marcado pelo ideal de democracia, participação social e cidadania deram o tom na presença dos temas clássicos de Ciência Política no interior da Sociologia.

Nota-se que a Ciência Política está mais presente no 3º ano, onde os temas “cidadania”, movimentos sociais” e “democracia” são os mais indicados pelas propostas curriculares estaduais, indicando que temos, no Ensino Médio, o 3º ano como *locus* de temas da Ciência Política no interior do ensino de Sociologia. Contudo, a presença do tema não significa um trato sob a perspectiva analítica da Ciência Política, sobretudo em um país onde apenas 13,7% dos professores são formados em Ciências Sociais (licenciados e bacharéis) (BODART; SILVA, 2016).

Diferentemente dos indicativos de Santos (2012), as duas temáticas centrais presente nas propostas curriculares dos estados analisados não foram dominação e poder, mas cidadania e movimentos sociais. É importante frisar que se trata de trabalhos com metodologias distintas, ainda que acreditamos que o presente artigo avance na análise por analisar maior número de propostas curriculares e por ser atualizada, já que consideramos as propostas em vigor no ano de 2017. Nos chamou atenção que há uma predominância da distribuição dos temas clássicos da Ciência Política em quase todos as propostas curriculares, excetuando a totalidade dos estados da Região Sul e de alguns poucos estados que não fazem indicações quanto a série que os temas devam ser apresentados aos alunos.

## Referências

ALONSO, Angela. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, 76: 49-86, 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ln/n76/n76a03.pdf>> Acesso em: 10, mai. 2017.

BODART, Cristiano das Neves; SILVA, Roniel Sampaio. Um “Raio-X” do professor de sociologia brasileiro: condições e percepções. *Estudos de Sociologia: Pernambuco*, v. 2, nº 22, 2016. Disponível em: < <http://www.revista.ufpe.br/revsocio/index.php/revista/article/view/591>> Acesso em: 20, maio. 2016.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução Fernando Tomaz, 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BRASIL. MEC, Ministério da Educação e Cultura. *Organização Curricular Nacional- Sociologia*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_03\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_03_internet.pdf)> Acesso em: Mar. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23/12/1996. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) para o Ensino Médio*. Brasília, 2000a. Disponível e: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/blegais.pdf>> Acesso em: 02, dez. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM): Ciências Humanas e suas tecnologias*. Brasília, 2000b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/cienciah.pdf> . Acesso em: 10, jan. 2017.

BRASIL. *Projeto de Lei Federal nº 1641/2003*. Dispõe sobre a obrigatoriedade das disciplinas de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Brasília, 2003. Disponível em:< <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=127294>> Acesso em: 02, dez. 2016.

BRASIL. *Projeto de Lei Federal nº 7746/2010*. Dispõe sobre a obrigatoriedade da disciplina de Ciência Política no Ensino Médio. Brasília, 2010. Disponível em:< [http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010.>](http://www2.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=793061&filename=Tramitacao-PL+7746/2010.>) Acesso em: 02, dez. 2016.

GIGLIO, Adriano. *A sociologia na Escola Secundária: uma questão das Ciências no Brasil – anos 40 e 50*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1999.

MAGALHÃES, Alexandre Soares. Para além dos conceitos: pensando práticas e métodos de ensino de Ciência Política no Ensino Médio. *8º Encontro da ABCP*, Gramado, 2012.

MORAES, Amaury. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 31, n. 85, p. 359-382, set.-dez. 2011. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v31n85/04v31n85.pdf>> Acesso em: 20, mai. 2017.

MORAES, Livia Bocalon Pires de. Por uma Sociologia Relacional da História do ensino de Sociologia: cientistas sociais e espaço social acadêmico. *Revista Café com Sociologia*. V.4, nº3, 2015.

OLIVEIRA, Amurabi. O currículo de Sociologia na escola: um campo em construção (e disputa). *Espaço do currículo*, v.6, n.2, p.355-366, mai./ago. 2013. Disponível em: < <http://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/15308>> Acesso em: 10, mar. 2017.

RÊSES, Erlando da Silva. *...E com a palavra: os alunos. Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no ensino médio. Dissertação de Mestrado. Brasília, UnB, (março) 2004.*

SANTOS, Mário Bispo dos. A sociologia no contexto das reformas do Ensino Médio. In: \_\_\_\_ CARVALHO, L. M. G. (Org.) *Sociologia e Ensino em debate. Experiências e Discussões de Sociologia no Ensino Médio. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004, p.131-180.*

SANTOS, Mário Bispo dos. Diretrizes curriculares estaduais para o ensino de Sociologia: em busca de um mapa comum. *Percursos*. Florianópolis, v.13, n.1, pp.40-59, jan./jun. 2012. Disponível em: < <http://www.periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/2439/2066>> Acessado em: 20, jan. 2017.

SARANDY, Flávio. Propostas Curriculares em Sociologia. *Inter-legere*, s/v, n. 9, p. 61-84, 2011.

SILVA, Ieizi Luciana Fiorelli. O Ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: MORAES, Amaury César (org.). *Sociologia: ensino médio. Coleção Explorando o Ensino*, v. 15. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

VILLAS BÔAS, Gláucia (Org). *A importância de dizer não e outros ensaios sobre a recepção da Sociologia em escolas cariocas, Série Iniciação Científica*, n. 8, 1998, pesquisa desenvolvida como parte das atividades do Núcleo de Pesquisas de Sociologia da Cultura (UFRJ).